

	<p><b>Protocolo Nº</b> 20220320164000361</p> <p>Sua solicitação foi enviada à <b>Tomar do Geru da Comarca de CRISTINAPOLIS</b> em 20/03/2022 16:40 por KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, OAB 2592##SE.</p>
---	--

**DADOS DO PROTOCOLO**

**Tipo de Protocolo:** PETICIONAMENTO GERAL - Outras Petições

**Processo:** 202067100171

**Classe:** Procedimento Comum

Dados do Processo Origem			
<b>Número</b> 202067100171	<b>Classe</b> Procedimento Cível	Comum	<b>Competência</b> Tomar do Geru
<b>Guia Inicial</b> 202011200277	<b>Situação</b> ANDAMENTO	<b>Distribuido Em:</b> 19/03/2020	

Partes		
Tipo	CPF	Nome
Requerente	42449375520	JAILTON SANTOS
Requerido		SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DEPVAT

Anexos		
	Nome	Tipo
1	<a href="#">2734539_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01.pdf</a>	Petição

**ATENÇÃO!**

1. Documentos produzidos eletronicamente serão considerados originais, para os efeitos da lei, devendo os originais dos documentos digitalizados ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.
2. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
3. Ressalvados os casos de sigilo e segredo de justiça, os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais, através dos seus advogados, e para o Ministério Público.
4. Caso haja impedimento para o registro do processo eletrônico pelo Juízo, a solicitação será devolvida ao Portal do patrono solicitante (advogado, defensor público ou promotor de justiça), a fim de que possa ser submetido à regularização.
5. Atualize o seu e-mail para o Sistema Push. Este serviço promove o envio de correspondência eletrônica, dando-lhe informações sobre o andamento dos processos ajuizados por Vossa Senhoria. Se for caso de vinculação posterior a processos, o cadastro deverá ser realizado através do Portal TJSE.

**Imprimir**



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE TOMAR DO GERU/SE**

Processo: 202067100171

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JAILTON SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumpre esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicial, restando, portanto, carecedora do direito de ação, haja vista a ausência do interesse de agir.

No caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

É sabido que a existência do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

**Desta forma, independente da conclusão do expert impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, haja vista a falta de interesse de agir.**

Caso não seja este o entendimento do i. Magistrado, requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.

**- DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE -**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Foi designada perícia a fim de que fosse apurada eventual invalidez permanente, cujo laudo produzido segue acostado.

Contudo, a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

**Nesse sentido, deve ser observado que o autor alega em sua inicial, acidente ocorrido em 14/08/2019, embora o registro de ocorrência por ele registrado aponte a data de 08/10/2019.**

**Além disso, mesmo os documentos médicos, não corroboram nem com a narrativa inicial nem com a descrição do B.O., já que o relatório de internação aponta admissão em 10/08/2019, 4 (quatro) dias antes da data narrada na inicial e quase 2 (dois) meses antes da data do sinistro informada no registro de ocorrência.**

**B.O:**

Dados do Fato	
Tipo:	Não delituoso
Data:	08/10/2019 às 08:45h
Classificação:	Acidente de Veículo
Histórico:	
COMPARECEU NESTA DT, NA DATA E HORA SUPRA, O Sr.º JAILTON SANTOS, DEVIDAMENTE QUALIFICADO, PORTADOR DA CNH 394726036 DE VALIDADE 26/11/2007, NOTICIANDO TER SOFRIDO UM ACIDENTE VEICULAR QUANDO CONDUZIA SUA MOTOCICLETA (DISCRIMINADA ADIANTE) SENTIDO ITAPICURU NO TRECHO DA PONTE, BR-349; QUE O ACIDENTE FOI CAUSADO POR UM CAMINHÃO (DADOS IGNORADOS), O QUAL PAROU BRUSCAMENTE E O COMUNICANTE CHOCOU-SE NA TRASEIRA; QUE, ATO CONTÍNUO, DESMAIOU E VOLTOU A SI QUANDO JÁ ESTAVA NO HOSPITAL REGIONAL DANTAS BIÃO, ALAGOINHAS - BA, ONDE RECEBEU OS DEVIDOS ATENDIMENTOS FACE ÀS LESÕES SOFRIDAS (VIDE RELATÓRIO MÉDICO, PRONTUÁRIO Nº 10570679, FIRMADO POR Dr. YUSNIEL AJETE AMADOR (CREMEB 30599); SEGUE O REGISTRO PARA OS DEVIDOS FINS.//	

**Relatório internação:**

RELATÓRIO INTERDISCIPLINAR DE TRANSFERÊNCIA INTERNA E EXTERNA			
IDENTIFICAÇÃO			
NOME: JAILTON SANTOS		REGISTRO:	DATA DE ADMISSÃO: 10/08/19
SEXO: M	IDADE: 55	LEITO: 15	UNIDADE DESTINO: POSTO 2
		DATA DA ALTA: 30/08/19	
EQUIPE MÉDICA			
1 - POLITRAUMA COLISAO MOTO X CAMINHAO 2 - MULTIPLAS FRATURAS DE FACE - LE FORT 3? (AGUARDA AVALIAÇÃO DA BUCOMAXILO NA SEGUNDA) 3 - FRATURAS DE L2 E L3 (AVALIADA PELA ORTOPEDIA COM SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO DA NEURO)			

Verifica-se, em verdade, que o autor somente trouxe resumos de alta sem que tenha apresentado os necessários documentos da sua entrada no hospital, o qual apontaria de maneira imparcial as lesões sofridas e até mesmo a causa das lesões.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistia nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TOMAR DO GERU, 18 de março de 2022.

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**